

RELATÓRIO ANUAL
SICOOB COOPJUS 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	01	Sobre o Sicoob Coopjus	02
Atendimento	03	Orientação Financeira	04
Gente Coopjus	05	Eventos e Ações	06
Prestação de contas	07	Relatório da Administração	08
Demonstrações Contábeis	09	Notas Explicativas	10
Parecer do Conselho Fiscal	11	Relatório da Auditoria	12





MENSAGEM DO PRESIDENTE



Ronaldo Alves da Silva
Presidente

O ano de 2020 foi marcado por enormes desafios e, acima de tudo, pela superação constante de uma equipe de colaboradores, diretoria e conselhos, que fizeram a diferença.

Em todos os segmentos foi preciso repensar as estratégias, buscar novos caminhos, na tentativa de suplantar as dificuldades surgidas, que infelizmente ainda estamos enfrentando, como o isolamento social, o desemprego e a menor disponibilidade econômica, devido ao agravamento da pandemia gerada pela Covid-19.

E diferente não foi em nosso segmento do cooperativismo, tendo em vista os reflexos incidentes sobre a economia do país, decorrente da diminuição da atividade econômica, que impactou no consumo, geração de emprego, e, conseqüentemente, na atividade econômica como um todo.

Em meio a esse cenário de grande transformação, o Sicoob Coopjus também deu início a mudanças estruturais, decorrentes da implantação da Governança Cooperativa plena, modelo de direção estratégica que possibilita o equilíbrio entre os órgãos de governança. Fundamenta-se nos valores e nos princípios cooperativistas e estabelece práticas éticas, com vistas a garantir a consecução dos objetivos sociais traçados, bem como assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável.

Mas, apesar das adversidades, alcançamos resultados significativos frente ao cenário de crise. Registramos crescimento em vários indicadores, com resultado importante para o Sicoob Coopjus. Tudo isso reflete a essência da nossa cultura, que integra pessoas, desenvolve talentos, engaja cooperados e constrói o futuro, zelando por relações de reciprocidade, respeito

e cooperação.

Encerramos o ano com o ativo total de R\$192 milhões. Para incremento da nova Era Digital, continuaremos investindo em novas tecnologias, na otimização de processos e treinamentos de colaboradores para atender com excelência os nossos cooperados, seja esse atendimento remoto ou presencial.

Elaboramos nosso plano estratégico 2020/2025 ampliando a capacidade de antecipar cenários, desenvolver pessoas, criar oportunidades de negócio e integrar cada vez mais os cooperados e a comunidade. Zelar por relações produtivas e com foco no longo prazo posiciona a sustentabilidade como essencial em nossa estratégia.

Estamos aprimorando continuamente o nosso modelo de negócio, a fim de identificar novas possibilidades de crescimento no médio e longo prazos. Criamos projetos na área de inovação, que identificará ideias que possam ser transformadas em oportunidades de negócios, desafiando nossos colaboradores na busca por soluções criativas para aprimorar processos e gerar valor ao cooperado.

Não poupamos esforços para mobilizar colaboradores e parceiros na adoção de medidas de segurança e prevenção contra

a Covid-19, premissa inegociável de nossa gestão.

Toda a equipe foi treinada e participou de iniciativas desenvolvidas em saúde mental, prevenção sanitária e respeito à vida. Nossos colaboradores estão preparados para atender os cooperados atentos aos protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros órgãos de saúde pública.

O empenho em tudo o que fazemos resulta na excelência dos processos e do atendimento, bem como na qualidade dos produtos e serviços que ofertamos. Aperfeiçoar constantemente nosso portfólio passa por consolidar e promover a melhor experiência aos cooperados.

Nossos resultados acompanham os sinais da retomada gradual da economia brasileira, o que nos mantém otimistas em continuar trabalhando sempre para uma cooperativa cada vez mais forte.

A todos cooperados, colaboradores, diretores e conselhos administração e fiscal, somos gratos por mais este ano!

Muito obrigado e boa leitura.



02

SOBRE O SICOOB COOPJUS

O Sicoob Coopjus é composto por integrantes dos Órgãos e Entidades do Poder Judiciário, das Funções Essenciais à Justiça, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, todos da União, bem como da administração pública federal direta, indireta e fundacional localizadas no Estado de Minas Gerais.

PODEM SE ASSOCIAR:

Todas as pessoas naturais que concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas e sejam residentes ou domiciliadas na área de ação da Cooperativa.

Os aposentados que, quando em atividade, preenchiam as condições estatutárias de associação;

Os pensionistas de associados vivos ou falecidos, e os pensionistas de falecidos, cujos instituidores de pensão preenchiam as condições estatutárias de associação;

O cônjuge ou companheiro, o dependente legal, o viúvo e os parentes de associados por consanguinidade ou afinidade, em linha reta, colateral, até o 4º grau;

Os empregados da própria Cooperativa e as pessoas físicas que a ela prestam serviços em caráter não eventual, equiparados aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;

Os empregados das entidades associadas à Cooperativa e daquelas de cujo capital a Cooperativa participe direta ou indiretamente, bem como as pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual a essas entidades;

Os servidores ou empregados públicos cedidos de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, aos órgãos especificados na composição do quadro social da Cooperativa;

Os servidores ocupantes de cargo em comissão, não integrantes do quadro de pessoal dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;

Os empregados públicos dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;

As pessoas jurídicas sem fins lucrativos, as pessoas jurídicas controladas pelos associados pessoas físicas, e seus respectivos empregados, sócios e proprietários;

As pessoas jurídicas que prestam serviços à Cooperativa em caráter não eventual e seus respectivos empregados, sócios e proprietários, equiparados aos empregados da Cooperativa para os correspondentes efeitos legais;

Os empregados que prestam serviços aos associados, desde que o vínculo empregatício esteja legalmente anotado em sua CTPS;

Os estudantes de cursos superiores de áreas afins, complementares ou correlatas às que caracterizam as condições de associação das pessoas naturais definidas no artigo 9º do nosso estatuto social.



MISSÃO

Oferecer soluções financeiras adequadas com experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

Ser a principal instituição financeira do cooperado, referência na promoção do desenvolvimento econômico e social para pessoas e comunidade.

Transparência | Comprometimento | Respeito | Ética | Solidariedade
Responsabilidade | Liderança responsável | Inovação e simplicidade |
Preservação da natureza cooperativa do negócio.

VALORES



03

ATENDIMENTO

Posto de Atendimento Matriz

Av. Getúlio Vargas , 258, sala 1002
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h (atendimento)
De 10h às 16h (caixa)

Espaço Cooperativo - TRE

Av. Prudente de Moraes, 320
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.

Espaço Cooperativo - Justiça Federal

Av. Álvares Cabral, 1.741, Lourdes.
Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.

Caixas eletrônicos

Av. Álvares Cabral, 1741 – 2º andar – Justiça Federal
Av. Getúlio Vargas, 258 – Sala 1002
Av. Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim - TRE

Atendimento telefônico

(Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h)
Grande BH: (31) 2129-8585
Demais Localidades: 0800-701-0717
WhatsApp: (31) 99764-9282

Internet

Site: www.sicoobcoopjus.com.br
Facebook.com/SicoobCoopjus
LinkedIn.com/sicoobcoopjus
Instagram: @sicoobcoopjus
Twitter: @SicoobCoopjus



04

ORIENTAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo de orientar os cooperados no planejamento e na administração das finanças pessoais, o Sicoob Coopjus oferece consultorias financeiras ministradas pela consultora Ana Carolina Gomes. Assim, o cooperado pode realizar até 3 consultorias durante o ano nas dependências da Cooperativa ou em atendimento online.

	Atendimentos	%
Endividamento	9	28%
Investimento	11	34%
Controle de orçamento	12	38%



05

GENTE
COOPJUS

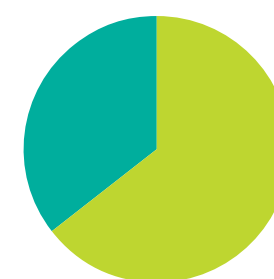
Em 2020 o Sicoob Coopjus continuou acompanhando o processo de desempenho da equipe por meio do Programa de Gestão do Desempenho – PGD, essa ferramenta permite fazer o alinhamento entre objetivos da Cooperativa e o desempenho e desenvolvimento dos colaboradores, bem como a entrega de resultados. Esse é um processo cíclico e contínuo, garante trabalhar o presente para termos um futuro ainda mais assertivo.

Cientes de que treinamentos são relevantes para a construção de uma jornada de transformação; motivação da equipe; melhora no desempenho da organização; reciclagem de conhecimentos e boas práticas de gestão, em 2020 realizamos cerca de 2593:08:00 horas de capacitações, incluindo Conselho e Diretoria Executiva. Pessoas mais qualificadas contribuem mais para o alcance dos objetivos das organizações.

Revisamos o Planejamento Estratégico dando destaque à perspectiva de Pessoas, pois sabemos que valorizar nossos talentos é essencial para o sucesso do empreendimento.

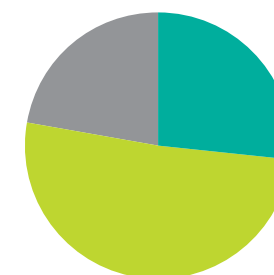
Sempre pautados na transparência e na ética e buscando oportunidade de melhorias contínuas, aplicamos a pesquisa de clima nos colaboradores, conselhos e terceirizados. Ter um ambiente de trabalho saudável e motivador é responsabilidade de cada um de nós. Nosso objetivo foi conhecer as necessidades dos envolvidos, propiciar o melhor clima de trabalho e alinhar as expectativas de cada um de acordo às possibilidades da Cooperativa, por meio de estudos e análise de viabilidade. Vale ressaltar que, a pesquisa permitiu identificar critérios e atributos que são valorizados pelas pessoas, dessa forma, podemos traçar estratégias e contribuir com o crescimento individual e das equipes.

Devido à pandemia da Covid-19 criamos o Comitê de Gestão de Crise e preparamos diversas ações que contribuíram com os cuidados da saúde física e mental de nossos funcionários. Realizamos oficinas psicoeducativas de autocuidado em atenção à saúde mental, buscando apoiar os funcionários e auxiliá-los a encarar tempos de mudança com positividade. Implantamos o trabalho híbrido, buscando preservar a saúde de nossos colaboradores e cooperados. Outra ação realizada, foi a disponibilização de materiais educativos relacionados à proteção individual e coletiva, favorecendo a aprendizagem de todos os colaboradores no combate a esta pandemia.



29 mulheres
16 homens

45 colaboradores



23 com Superior Completo

12 com Ensino Médio Incompleto e/ou Superior Incompleto

10 com Pós-Graduação e/ou Mestrado

Treinamento e desenvolvimento



2334:52:00 horas

Colaboradores

258:16:00 horas

10 participantes

Conselheiros e Diretoria Executiva



Programa de Gestão de Desempenho - PDG 2020

39 avaliações e feedbacks

06

Movimentação de Pessoas



06 colaboradores com mudança de cargo

05

Recrutamento e Seleção



05 profissionais no mercado foram recrutados



06

EVENTOS E AÇÕES

Os sete princípios cooperativistas norteiam e orientam o Sicoob Coopjus no que diz respeito às ações baseadas em valores como democracia, liberdade, equidade, solidariedade e justiça social. Certamente, o 6º princípio (Intercooperação) e também o 7º (Interesse pela Comunidade) se destacaram ao longo de 2020 graças a várias ações e eventos realizados pela cooperativa.



Diversos itens foram doados às famílias desabrigadas em decorrência dos temporais que castigaram Belo Horizonte e Região Metropolitana no início do ano.

Moradores do Morro do Papagaio e familiares das crianças atendidas pelo Instituto Pedra Viva receberam doações de cestas básicas. A ação contou com o apoio da Central Única de Favelas (CUFA/MG) e teve por intuito minimizar a crise causada pela chegada do novo coronavírus.



Mais de 400 litros de leite foram doados ao Instituto Pedra Viva, localizado na Pedreira Prado Lopes, região noroeste de BH. Ao todo, 45 crianças atendidas pelo projeto receberam os donativos.



Em virtude do baixo estoque de sangue e da queda no número de doadores agravada pela pandemia da Covid-19, o Sicoob Coopjus, em parceria com o Hemominas, realizou durante os meses de setembro e outubro a campanha de doação de sangue "Doe Vida Sicoob Coopjus!".

Em comemoração ao Natal, o Sicoob Coopjus, em parceria com outras cooperativas do sistema Sicoob, doou chocotones às crianças atendidas pelo Instituto Pedra Viva.



Em ação que fez parte da Gincana Cooperativista, 43 brinquedos foram entregues pelo Sicoob Coopjus ao projeto "Amor que Cura", que atende crianças em tratamento oncológico.

Na semana da criança, o Sicoob Coopjus, juntamente com outras cooperativas do sistema Sicoob, doou cestas básicas e brinquedos às 45 crianças da comunidade Pedreira Prado Lopes atendidas pelo Instituto Pedra Viva.





O Comitê de Direito para Startups visitou a Unidade Getúlio Vargas do Sicoob Coopjus em janeiro de 2020. O encontro fez parte de uma parceria entre o comitê e a cooperativa para troca de experiências e conhecimentos. Uma dessas parcerias envolveu o Global Legal Hackathon.



Posse dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do dia 25/07/2020. Na ocasião, Regina Dinelli passou o cargo de Presidente do Conselho de Administração para Ronaldo Alves da Silva.

A Diretora do Sicoob Coopjus, Regina Dinelli, participou da primeira palestra do Global Legal Hackathon, na Escola Superior Dom Helder Câmara.

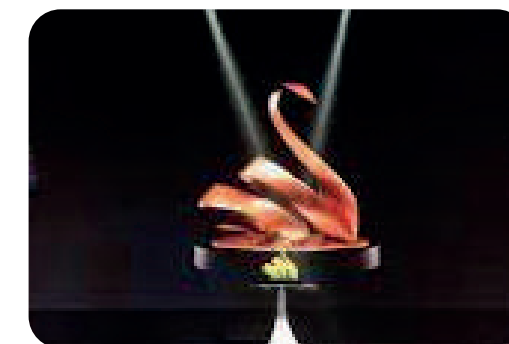


Em homenagem ao Dia do Servidor Público, o Sicoob Coopjus realizou uma Live Cultural, transmitida pelo YouTube, com participação dos músicos mineiros Paulo Cascardo e Antônio Coelho.



Sicoob Coopjus realizou Oficinas sobre elaboração de Imposto de Renda, ministrada pelo Advogado Tributarista e Consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Diretor do Sicoob Cofal, José Ramos dos Santos, na Sede da Cooperativa.

Fomos reconhecidos como bicampeões na Campanha Nacional de Vendas na categoria "Cartões - Volume de Vendas (2019/20)".



Com o objetivo de praticar os princípios cooperativistas “Intercooperação”, “Interesse pela comunidade” e “Educação, formação e Informação”, o Sicoob Coopjus e o Sicoob Credjus promoveram a competição do bem: Gincana Cooperativista 2020.

Dessa forma, a nossa Cooperativa apoiou a instituição Novo Céu e conseguiu arrecadar R\$2.101,26 com a ajuda de 31 doadores. O Sicoob Credjus, por sua vez, apoiou o Lar Maria Clara e conquistou o primeiro lugar por arrecadar R\$2.678,00 por meio de 46 pessoas.

Conforme previsto no item 9 do Regulamento da Gincana Cooperativista, o Sicoob Credjus foi contemplado com um prêmio de R\$ 1.000,00 fornecido pelo Sicoob Coopjus. Esse valor foi revertido como forma de doação para a instituição beneficiária para compra de remédios, pacotes de fraldas, leite, brinquedos, lenços umedecidos, material escolar, produtos de limpeza e de higiene pessoal.

Além da ajuda financeira, a Gincana Cooperativista contou com a Prova de Solidariedade por meio da arrecadação de brinquedos novos e/ou em bom estado de conservação. Assim, o Sicoob Coopjus conseguiu arrecadar* 43 brinquedos ao passo que o Sicoob Credjus arrecadou 21.

Os 64 brinquedos conquistados pelas duas cooperativas foram entregues ao projeto Amor que Cura, instituição que atende crianças que estão em tratamento oncológico.



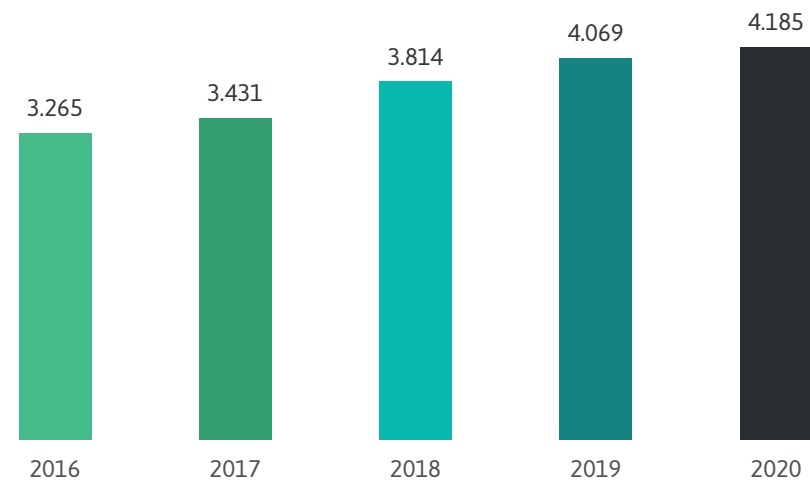


07

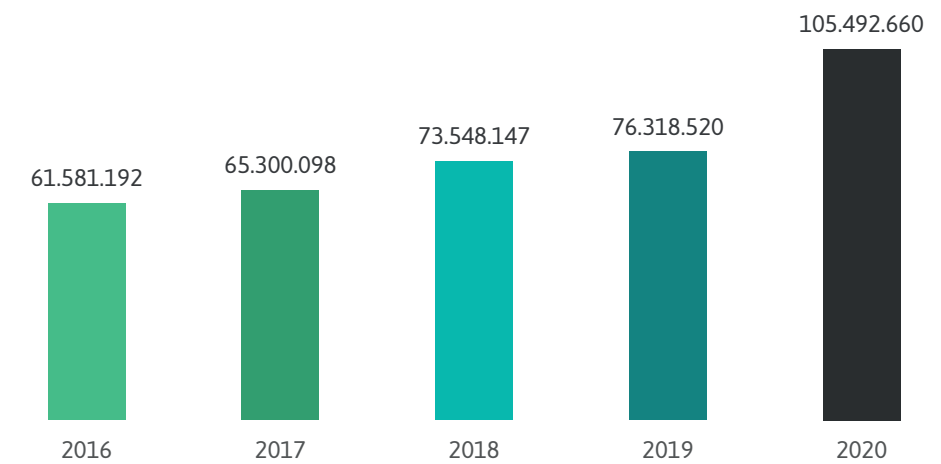
PRESTAÇÃO DE CONTAS



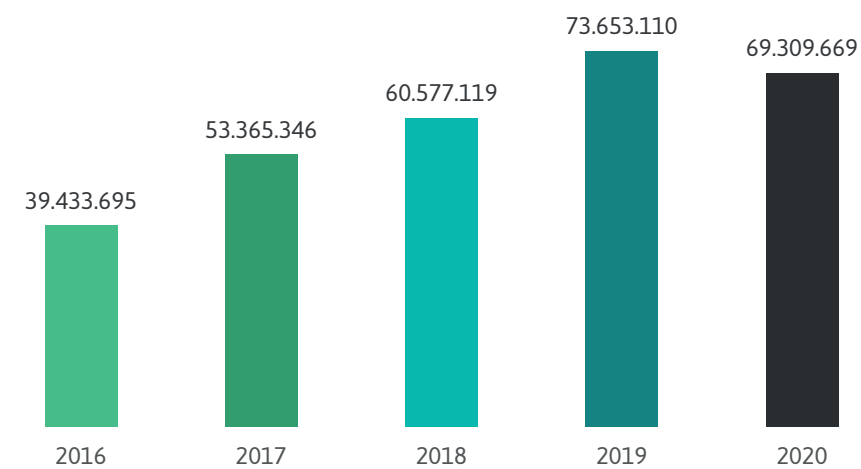
Cooperados



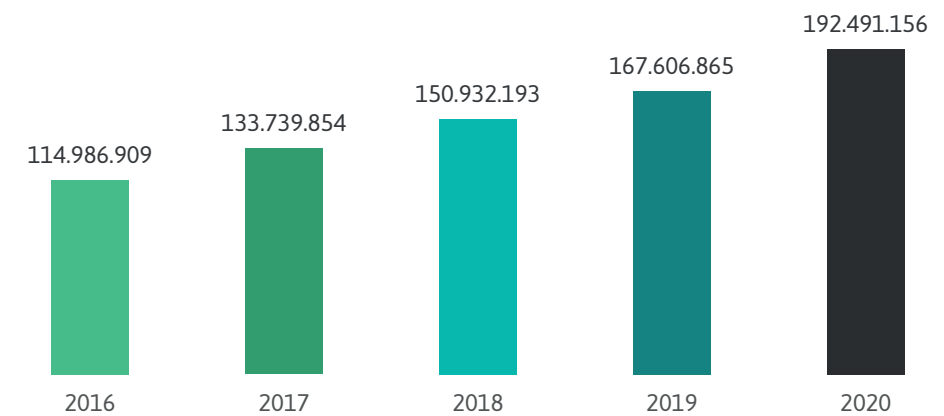
Operações de Crédito



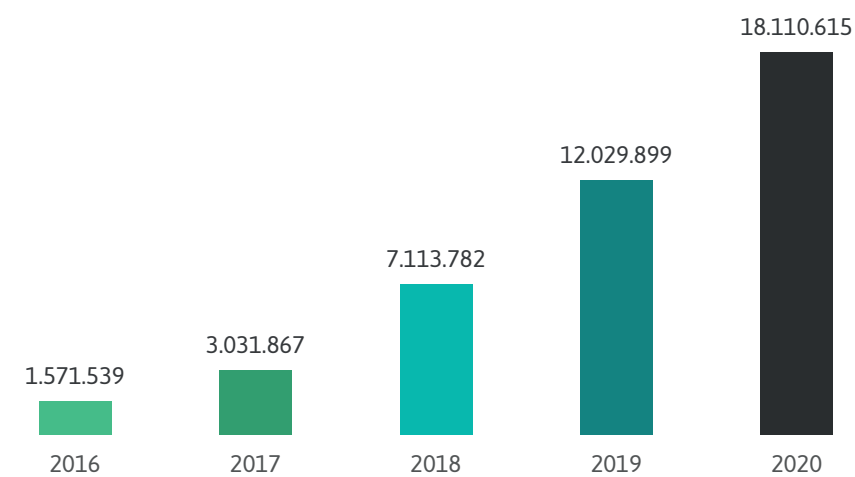
Centralização Financeira



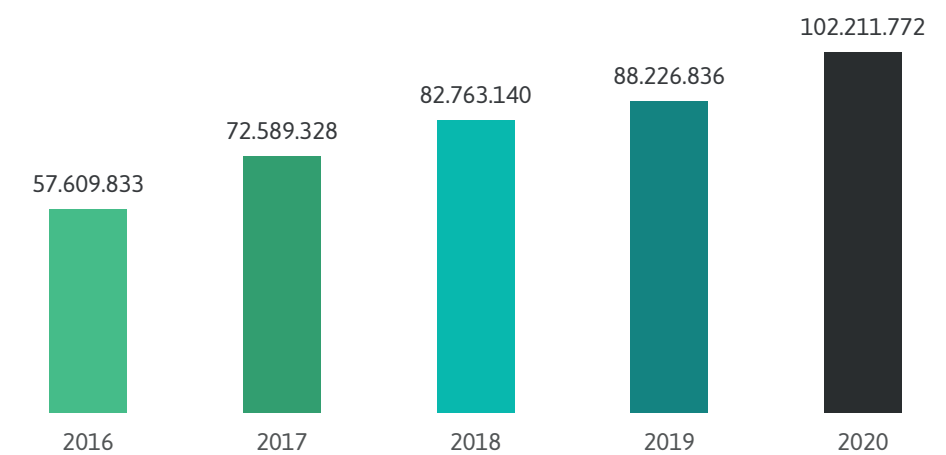
Ativo



Depósitos à vista

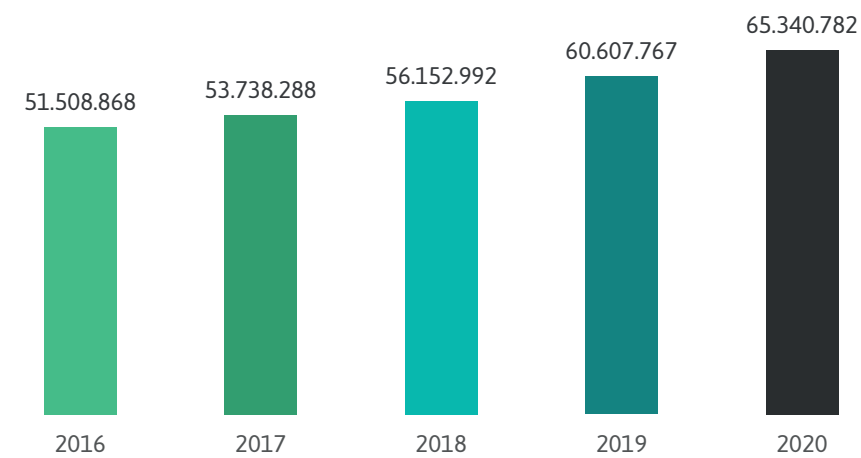


Depósitos a prazo

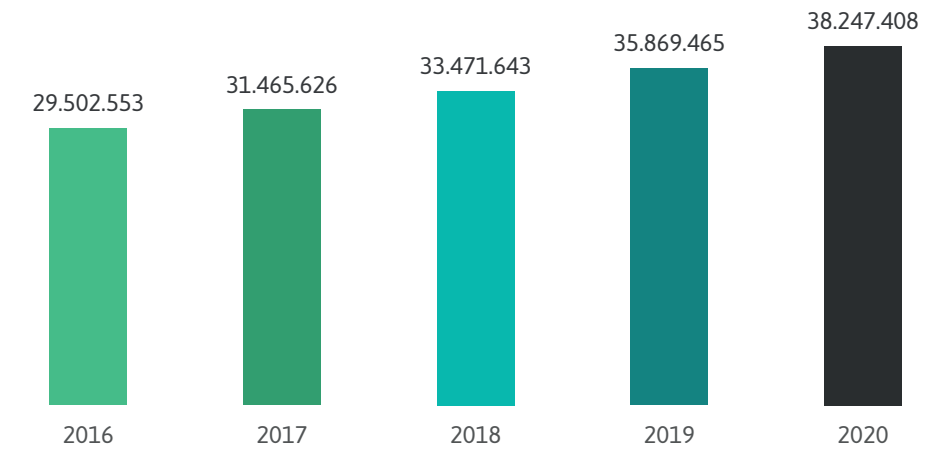




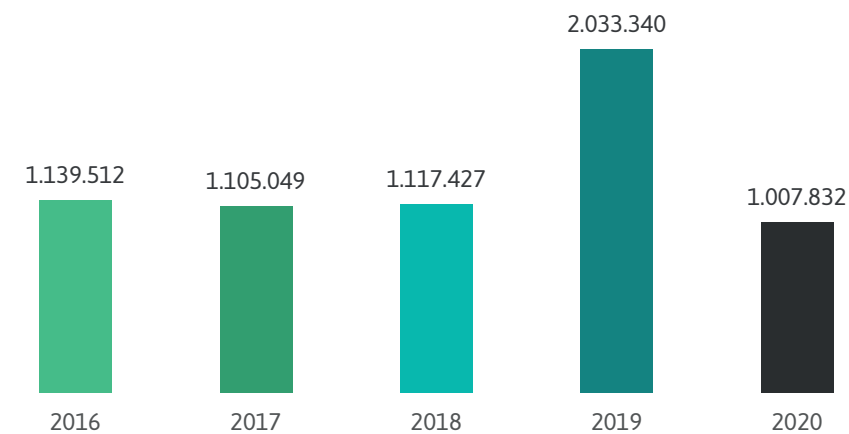
Patrimônio Líquido



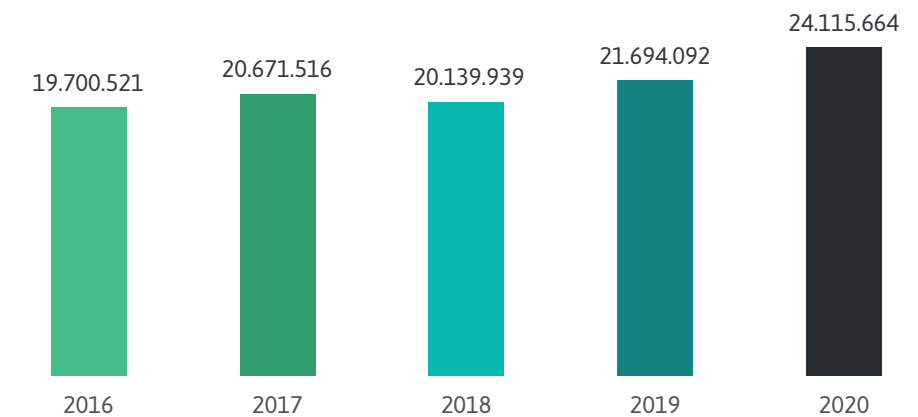
Capital Social



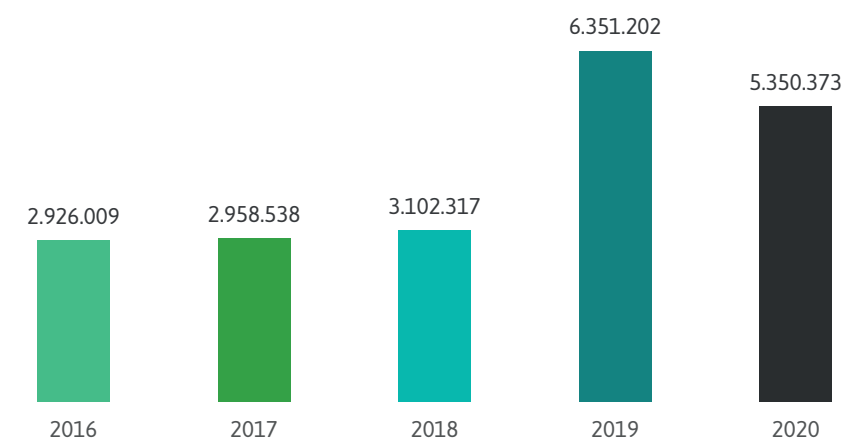
Remuneração J.C.P.



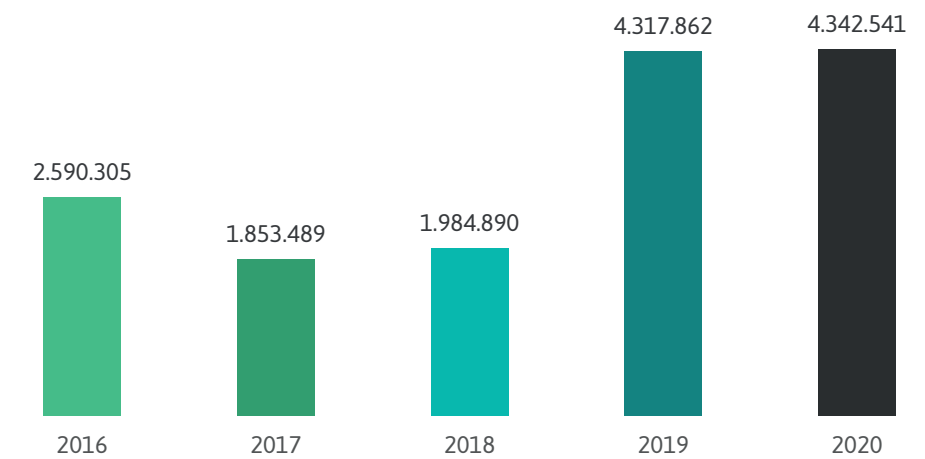
Reserva Legal



Sobras Brutas



Sobras Líquidas





08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. – Sicoob Coopjus, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020, o SICOOB COOPJUS completou 32 anos mantendo o seu propósito de fomentar o crédito para seu público alvo: os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB COOPJUS obteve um resultado de R\$5.350.373,24 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,19%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$69.309.668,93. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$105.492.660,43.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 0,00	0,00%
Carteira Comercial	R\$105.492.660,43	100,00%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 8,27% da carteira, no montante de R\$8.888.252,08.

4. Captação

As captações, no total de R\$120.322.386,10, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 20,01%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$18.110.614,52	15,05%
Depósitos a Prazo	R\$102.211.771,58	84,95%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de

31/12/2020 o percentual de 26,95% da captação, no montante de R\$32.012.248,11.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPJUS era de R\$61.305.119,00. O quadro de associados era composto por 4.184 Cooperados, havendo um acréscimo de 2,83% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPJUS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos

o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito de três em três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPJUS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos

dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB COOPJUS registrou 16 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 16 reclamações, 3 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores e diretoras pela dedicação.

Ronaldo Alves da Silva
Presidente

Antônio Cláudio dos Santos Rosa
Vice-Presidente

Áurea Maria Parreira
Conselheira Efetiva

Frederico Gomes Jabbur
Conselheiro Efetivo

Márcio David Carvalho
Conselheiro Efetivo

Nestor Santiago Santos
Conselheiro Efetivo

Roberto Rodrigues da Costa
Conselheiro Efetivo

Sérvio Túlio de F. Vanucci
Conselheiro Efetivo

Belo Horizonte/MG, 28 de janeiro de 2021.





09

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.

SICOOB COOPJUS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Comparativo com 2019 - EM R\$

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		91.395.963,37	92.298.615,51	CIRCULANTE		124.600.752,45	104.510.853,25
Disponibilidades		338.822,27	371.522,58	DEPÓSITOS	11	120.322.386,10	100.256.734,85
Relações Interfinanceiras	5	69.309.668,93	73.653.109,89	Depósito à Vista		18.110.614,52	12.029.898,62
Operações de Crédito	6	20.851.881,89	17.566.304,36	Depósito a Prazo		102.211.771,58	88.226.836,23
Outros Créditos	7	848.711,65	662.615,78	OUTRAS OBRIGAÇÕES	12	4.278.366,35	4.254.118,40
Outros Valores e Bens	8	46.878,63	45.062,90	Cobrança e Arrecad.de Tributos		352,18	16.770,23
				Sociais e Estatutárias		2.799.617,66	3.021.385,78
				Fiscais e Previdenciárias		178.910,86	209.102,80
				Outras contas passivas		1.299.485,65	1.006.859,59
NÃO CIRCULANTE		101.095.192,65	75.308.249,85	NÃO CIRCULANTE		2.549.621,19	2.488.244,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		87.166.456,05	61.220.500,58	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12	2.549.621,19	2.488.244,74
Operações de Crédito	6	84.640.778,54	58.752.215,84	Passivos Contingentes		2.545.637,51	2.488.244,74
Depósito Judicial	7	2.525.677,51	2.468.284,74	Outras contas passivas		3.983,68	0,00
INVESTIMENTO	9	6.738.240,89	6.164.401,20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	65.340.782,38	60.607.767,37
IMOBILIZADO DE USO	10	7.100.943,78	7.888.783,41	Capital Social		38.247.407,90	35.869.465,07
INTANGÍVEL	10	89.551,93	34.564,66	Reserva Legal		24.115.663,55	21.694.092,45
				Sobras Acumuladas		2.977.710,93	3.044.209,85
TOTAL DO ATIVO		192.491.156,02	167.606.865,36	TOTAL PASSIVO		192.491.156,02	167.606.865,36

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS / PERDAS EM 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES
JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA – SICOOB COOPJUS

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS / PERDAS EM 2020 - Comparativo com 2019

		Segundo semestre de		
	Nota	2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		8.310.501,70	16.606.652,26	18.457.027,63
Operações de Crédito	17	7.554.736,51	14.498.654,29	14.714.261,94
Ingressos de depósitos intercooperativos		755.765,19	2.107.997,97	3.742.765,69
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(1.463.158,57)	(3.506.689,74)	(5.307.021,90)
Operações de Captação no Mercado	18	(1.304.834,63)	(3.073.831,19)	(5.152.847,96)
Provisão para Operações de Créditos		(158.323,94)	(432.858,55)	(154.173,94)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		6.847.343,13	13.099.962,52	13.150.005,73
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(3.812.691,90)	(7.384.202,63)	(7.335.473,89)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	19	432.682,43	844.109,59	810.448,10
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	20	66.398,30	124.169,70	74.143,60
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	21	(2.328.153,50)	(4.666.845,57)	(4.651.266,64)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(1.790.794,98)	(3.789.359,72)	(3.782.306,52)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(87.192,30)	(171.260,85)	(170.297,08)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	519.423,41	1.101.854,11	877.542,11
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(625.055,26)	(826.869,89)	(493.737,46)
Resultado Operacional		3.034.651,23	5.715.759,89	5.814.531,84
Resultado Não Operacional	25	(366.886,65)	(365.386,65)	536.669,96
Resultado Antes da Tributação		2.667.764,58	5.350.373,24	6.351.201,80
Imposto de Renda / C.S.L.L.		16.908,94	-	-
Sobras / Perdas antes das Destinações		2.684.673,52	5.350.373,24	6.351.201,80
Destinações legais e Estatutárias				
F.A.T.E.S.		(217.127,04)	(217.127,04)	(1.000.908,35)
Reserva Legal		(1.085.635,20)	(1.085.635,20)	(349.153,02)
Outras destinações Estatutárias		(651.381,12)	(651.381,12)	76.409,22
Reversão das reservas				
Sobras antes dos Juros ao Capital		730.530,16	3.396.229,88	5.077.549,65
(-) Despesas de Juros sobre o Capital Social		(375.239,43)	(1.007.832,43)	(2.033.339,80)
Sobras / Perdas líquidas do exercício	14d	355.290,73	2.388.397,45	3.044.209,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO
EM MINAS GERAIS LTDA – SICOOB COOPJUS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 / 2019

	Segundo semestre de		
	2020	31/12/2020	31/12/2019
Sobras / Perdas antes das Destinações	2.684.673,52	5.350.373,24	6.351.201,80
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	2.684.673,52	5.350.373,24	6.351.201,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES
JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA – SICOOB COOPJUS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 / 2019

DESCRIÇÃO	SEMESTRE 2020	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas antes das destinações	2.684.673,52	5.350.373,24	6.351.201,80
Provisão para Operações de Crédito	158.323,94	432.858,55	154.173,94
Depreciações e Amortizações	205.299,23	416.252,76	439.321,93
Despesa de Juros ao Capital	(375.239,43)	(1.007.832,43)	(2.033.339,80)
Provisão para garantias prestadas	74.725,92	124.993,43	-
Outras	-	(122.026,40)	-
	2.747.783,18	5.194.619,15	4.911.357,87
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(25.535.190,72)	(29.606.998,78)	(2.924.547,46)
Outros Créditos	(182.588,68)	(243.488,64)	(484.495,02)
Outros Valores e Bens	60.483,89	(1.815,73)	153,19
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	5.487.805,09	6.080.715,90	4.916.116,19
Depósitos a Prazo	6.810.002,22	13.984.935,35	5.463.696,53
Relações Interdependências	(5.652,58)	-	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(826.331,84)
FATES - Sobras do Exercício	(217.127,04)	(217.127,04)	(174.576,51)
Imposto de Renda	9.630,11	-	-
Contribuição Social	7.278,83	-	-
Outras Obrigações	(822.894,40)	(39.369,03)	1.840.083,67
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(11.640.470,10)	(4.848.528,82)	12.721.456,62
Atividades de Investimentos			
Recebimento de dividendos	-	122.026,40	-
Aquisição de investimentos	-	(573.839,69)	(838.672,55)
Aplicação no Intangível	(491,40)	(88.947,70)	(120.301,87)
Aplicação no Imobilizado de Uso	330.597,48	405.547,30	254.382,35
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	330.106,08	(135.213,69)	(704.592,07)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.526.492,22	3.062.593,32	2.998.781,02
Devolução de Capital à Cooperados	(1.045.211,01)	(1.672.672,68)	(3.825.387,81)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(1.770.341,59)	(1.770.341,59)	-
Juros ao Capital à Ex-associados	(19.121,49)	(19.121,49)	-
Juros ao Capital	1.007.143,68	1.007.143,68	1.964.428,85
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(301.038,19)	607.601,24	1.137.822,06
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(11.611.402,21)	(4.376.141,27)	13.154.686,61
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	81.259.893,41	74.024.632,47	60.869.945,86
No Fim do Período	69.648.491,20	69.648.491,20	74.024.632,47
Variação Líquida das Disponibilidades	(11.611.402,21)	(4.376.141,27)	13.154.686,61

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB
COOPJUS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais – R\$)

Eventos	Capital Social		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias	Expansão		
Saldos em 31/12/2018	33.477.817,53	(6.174,52)	20.139.939,43	-	-	2.541.409,22	56.152.991,66
Destinação de Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de reservas			1.205.000,00		76.409,22	(1.281.409,22)	-
Em Conta Corrente do Associado	1.253.926,75					(1.253.926,75)	-
Em Cotas de Capital a Pagar						(6.073,25)	(6.073,25)
Movimentações de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.011.881,39	(5.342,41)					3.006.538,98
Por Devolução (-)	(3.825.312,37)						(3.825.312,37)
Estorno de Capital	(1.760,23)						(1.760,23)
Reversão de reservas					(76.409,22)	76.409,22	-
Sobra / Perda Líquida						6.351.201,80	6.351.201,80
Provisão de Juros ao Capital Próprio						(2.033.339,80)	(2.033.339,80)
Subscrição do Juros ao Capital Próprio	1.975.093,01						1.975.093,01
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(10.664,08)						(10.664,08)
Fates Atos Não Cooperativos						(826.331,84)	(826.331,84)
Destinação da Sobra do Exercício:							
. Fundo de Reserva			349.153,02			(349.153,02)	-
. F A T E S						(174.576,51)	(174.576,51)
Saldos em 31/12/2019	35.880.982,00	(11.516,93)	21.694.092,45	-	-	3.044.209,85	60.607.767,37
Destinação de Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de reservas			600.138,74	523.729,52	150.000,00	(1.273.868,26)	-
Em Conta Corrente do Associado						(1.770.341,59)	(1.770.341,59)
Movimentações de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.081.174,89	(18.581,57)					3.062.593,32
Por Devolução (-)	(1.672.672,68)						(1.672.672,68)
Reversão de reservas				(439.313,48)	(150.000,00)	589.313,48	-
Sobra / Perda Líquida						5.350.373,24	5.350.373,24
Provisão de Juros ao Capital Próprio	1.007.832,43					(1.007.832,43)	-
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(688,75)						(688,75)
Juros ao capital - Ex associados	(19.121,49)						(19.121,49)
Destinação da Sobra do Exercício:							
. Fundo de Reserva			1.085.635,20			(1.085.635,20)	-
. Outros Fundos Estatutários				651.381,12		(651.381,12)	-
. F.A.T.E.S.						(217.127,04)	(217.127,04)
Saldos em 31/12/2020	38.277.506,40	(30.098,50)	23.379.866,39	735.797,16	-	2.977.710,93	65.340.782,38
Saldos em 30/06/2020	36.799.568,85	(21.464,35)	21.694.092,45	-	-	5.077.316,57	63.549.513,52
Destinação da Sobra do Exercício Anterior:							
. Constituição de Reservas			600.138,74	523.729,52	150.000,00	(1.273.868,26)	-
. Em conta corrente do Associado						(1.770.341,59)	(1.770.341,59)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/Realização	1.535.126,37	(8.634,15)					1.526.492,22
Por Devolução (-)	(1.045.211,01)						(1.045.211,01)
Reversões de Reservas							
Sobra / Perda Bruta				(439.313,48)	(150.000,00)	589.313,48	-
Provisão de Juros ao Capital Próprio						2.684.673,52	2.684.673,52
Juros ao Capital Próprio	1.007.832,43					(375.239,43)	(375.239,43)
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(688,75)						(688,75)
Juros ao capital - Ex associados	(19.121,49)						(19.121,49)
Destinação da Sobra do Exercício:							
. Fundo de Reserva			1.085.635,20			(1.085.635,20)	-
. Outros Fundos Estatutários				651.381,12		(651.381,12)	-
. F.A.T.E.S.						(217.127,04)	(217.127,04)
Saldos em 31/12/2020	38.277.506,40	(30.098,50)	23.379.866,39	735.797,16	-	2.977.710,93	65.340.782,38

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



10

NOTAS
EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28/05/1988, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE** – **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPJUS possui as seguintes unidades de atendimentos:

- Posto de Atendimento Matriz - Av. Getúlio Vargas, 258, sala 1002 – Funcionários, BH – MG;
- Espaço Cooperativo TRE - Av. Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim, BH – MG;
- Espaço Cooperativo Justiça Federal - Av. Álvares Cabral, 1741 – Santo Agostinho; BH – MG;
- Unidade Administrativa - Av. Getúlio Vargas, 258 - 6º andar, BH – MG.

O **SICOOB COOPJUS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, com início de vigência em 1º de janeiro de 2022, estabelece critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

O exercício de 2020 representou período atípico por conta do surgimento e disseminação do COVID-19, classificado pela Organização Mundial de Saúde - OMS como pandemia.

A evolução desta doença pelo mundo modificou a rotina operacional das empresas de forma geral.



NOTAS EXPLICATIVAS

Diante deste cenário de repercussão mundial e com consequências de difícil previsibilidade, a Diretoria Executiva da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS realizou monitoramentos dos riscos inerentes ao COVID-19 através das seguintes ações:

- Readequação e remanejamento do quadro de funcionários com a dispensa de 5 funcionários;
- Implantação da assinatura eletrônica;
- Suspensão do contrato de vigilância do Posto de Atendimento do Barro Preto;
- Suspensão dos contratos de limpeza do Barro Preto e um da Getúlio Vargas;
- Criação de linhas Especiais de crédito COVID;
- Criação do plano de continuidade do negócio e gestão de crise a fim de responder tempestivamente às mudanças devido à pandemia da covid-19;
- Revisão do Planejamento de Vendas e Metas Comerciais;
- Suspensão temporária do contrato de trabalho de três colaboradores;
- Negociação com os proprietários dos imóveis visando descontos/redução dos valores dos aluguéis;
- Fechamento da unidade do Barro Preto;
- Campanhas de renegociação dos inadimplentes;
- Implantação do home office;
- Reuniões periódicas do comitê de crise;
- Análise periódica do teste de stress da Confederação.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e



NOTAS EXPLICATIVAS

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	338.822,27	371.522,58
Relações interfinanceiras - centralização financeira	69.309.668,93	73.653.109,89
TOTAL	69.648.491,20	74.024.632,47

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	69.309.668,93	0,00	73.653.109,89	0,00
TOTAL	69.309.668,93	0,00	73.653.109,89	0,00

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	Total	Total	Total	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	21.815.771,19	84.640.778,54	18.215.451,03	58.752.215,84
Total de Operações de Crédito	21.815.771,19	84.640.778,54	18.215.451,03	58.752.215,84
(-) Provisões para Operações de Crédito	(963.889,30)	0,00	(649.146,67)	0,00
TOTAL	20.851.881,89	84.640.778,54	17.566.304,36	58.752.215,84

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	36.294.776,37	36.294.776,37		3.101.413,32	
A	0,5%	Normal	59.073.783,84	59.073.783,84	(295.368,92)	67.388.010,96	(336.940,05)
B	1%	Normal	5.666.328,21	5.666.328,21	(56.663,28)	4.076.937,75	(40.769,38)
B	1%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	78.385,17	(783,85)
C	3%	Normal	4.449.668,31	4.449.668,31	(133.490,05)	1.543.758,59	(46.312,76)
C	3%	Vencidas	6.185,04	6.185,04	(185,55)	131.711,15	(3.951,33)
D	10%	Normal	401.320,36	401.320,36	(40.132,04)	182.078,20	(18.207,82)
D	10%	Vencidas	29.369,15	29.369,15	(2.936,92)	191.707,18	(19.170,72)
E	30%	Normal	56.933,83	56.933,83	(17.080,15)	44.127,39	(13.238,22)
E	30%	Vencidas	13.606,47	13.606,47	(4.081,94)	57.588,52	(17.276,56)
F	50%	Normal	64.704,17	64.704,17	(32.352,09)	10.939,04	(5.469,52)
F	50%	Vencidas	6.941,16	6.941,16	(3.470,58)	22.100,00	(11.050,00)
G	70%	Normal	21.640,92	21.640,92	(15.148,64)	6.304,29	(4.413,00)
G	70%	Vencidas	27.709,92	27.709,92	(19.396,94)	3.472,15	(2.430,30)
H	100%	Normal	134.098,16	134.098,16	(134.098,16)	83.156,71	(83.156,71)
H	100%	Vencidas	209.494,04	209.494,04	(209.494,04)	45.976,45	(45.976,45)
Total Normal			106.163.254,17	106.163.254,17	(724.333,33)	76.436.726,25	(548.507,46)
Total Vencidos			293.305,78	293.305,78	(239.565,97)	530.940,62	(100.639,21)
Total Geral			106.456.559,95	106.456.559,95	(963.899,30)	76.967.666,87	(649.146,67)
Provisões			(963.899,52)	(963.899,52)		(649.146,67)	
Total Líquido			105.492.660,43	105.492.660,43		76.318.520,20	



NOTAS EXPLICATIVAS

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.687.238,51	14.501.482,83	85.267.838,61	106.456.559,95
TOTAL	6.687.238,51	14.501.482,83	85.267.838,61	106.456.559,95

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	339.599,18	339.599,18	0%
Pessoa Física	106.116.960,77	106.116.960,77	100%
TOTAL	106.456.559,95	106.456.559,95	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(649.146,67)	(631.232,69)
Constituições	(1.201.509,55)	(742.923,99)
Reversões	762.813,12	588.750,05
Transferência para prejuízo	123.943,58	136.259,96
TOTAL	(963.899,52)	(649.146,67)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	589.710,55	1,00%	353.573,16	0,00%
10 Maiores Devedores	4.933.766,17	5,00%	2.825.115,37	4,00%
50 Maiores Devedores	18.801.369,65	18,00%	10.496.885,90	14,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	827.385,29	774.026,04
Valor das operações transferidas no período	126.781,12	168.336,85
Valor das operações recuperadas no período	(80.599,34)	(114.977,60)
TOTAL	873.567,07	827.385,29

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (a)	4.090,49	0,00	3.724,98	0,00
Outras rendas a receber (a)	105,80	0,00	90,12	0,00
Rendimentos Centralização Financeira - Central (a)	111.030,37	0,00	270.412,78	0,00
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	8.854,060	0,00	23.289,25	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	4.231,53	0,00	6.979,76	0,00
Devedores por depósitos em garantia (c)	0,00	2.525.677,51	0,00	2.468.284,74
Impostos e contribuições a compensar	344.541,57	0,00	314.103,89	0,00
Títulos e créditos a receber	595,30	0,00	618,30	0,00
Devedores diversos – país (d)	375.262,53	0,00	43.396,70	0,00
(-) Provisões para outros créditos				
TOTAL	848.711,65	2.525.677,51	662.615,78	2.468.284,74

NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados os serviços prestados a receber e juros da centralização financeira.
- (b) Fundo fixo e adiantamentos a fornecedores.
- (c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais PIS (R\$357.643,83), COFINS (R\$1.499.823,54), PIS s/ folha (R\$213.473,59), cíveis e Outras Contingencias Ação Trabalhista, Tributos Federais, ITBI complementar e outros (R\$454.736,55).
- (d) Em devedores diversos estão registradas pendências a regularizara (R\$2.983,06 e portabilidade de créditos (R\$372.279,47).

7.1 Provisões para outros créditos

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
H 100% Vencidas	145.375,25	145.375,25	(145.375,25)
Total Vencidos	145.375,25	145.375,25	(145.375,25)
Total Geral	145.375,25	145.375,25	(145.375,25)
Provisões	(145.375,25)	(145.375,25)	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Material em Estoque	777,00	392,00
Despesas Antecipadas (a)	46.101,63	44.670,90
TOTAL	46.878,63	45.062,90

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a Seguros, contribuição cooperativista, IPTU, assinaturas.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	6.145.654,26	5.608.839,12
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	592.586,63	555.562,08
TOTAL	6.738.240,89	6.164.401,20

10. Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de uso	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	1.006.800,00	1.006.800,00
Edificações	5.847.444,85	5.847.444,85
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(641.091,97)	(564.153,13)
Instalações	662.548,90	702.652,90
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(357.306,50)	(296.730,35)
Móveis e equipamentos de Uso	558.467,58	502.088,74
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(234.489,46)	(161.354,67)
Sistema de Comunicação	14.928,25	14.928,25
(-) Depreciação Sistema de Comunicação	(5.675,82)	(4.183,02)
Sistema de Processamento de Dados	625.646,12	596.600,83
(-) Depreciação Sistema de Processamento de Dados	(502.352,56)	(446.668,07)
Sistema de Segurança		93.016,47
(-) Depreciação Sistema de Segurança		(20.916,10)
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros	40.208,93	553.990,11
(-) Depreciação Benfeitorias	(12.062,70)	(125.777,07)
Aparelho de refrigeração	82.357,00	175.856,97
(-) Depreciação Aparelho de refrigeração	(50.280,13)	(56.294,10)
Máquinas	136.488,42	130.704,69
(-) Depreciação Máquinas	(70.687,13)	(59.223,89)
TOTAL	7.100.943,78	7.888.783,41
Intangível	31/12/2020	31/12/2019
Sistema de Segurança	89.079,01	
(-) Depreciação Sistema de Segurança	(29.132,53)	
Softwares adquiridos antes 2013	85.220,34	85.220,34
(-) Softwares adquiridos antes 2013	(85.220,34)	(85.220,34)
Softwares adquiridos após 2013	158.405,96	148.607,46
(-) Softwares adquiridos após 2013	(128.800,51)	(114.042,80)
TOTAL	89.551,93	34.564,66

NOTAS EXPLICATIVAS

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	18.110.614,52		12.029.898,62	
Depósito a Prazo	102.211.771,58	0,19	88.226.836,23	0,38
TOTAL	120.322.386,10		100.256.734,85	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	12.634.036,94	11,00%	9.207.468,68	9,00%
10 Maiores Depositantes	25.400.465,77	21,00%	22.145.910,97	22,00%
50 Maiores Depositantes	44.520.355,72	37,00%	41.008.294,05	42,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2020	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.912.078,04)	(5.011.391,61)
Despesas de Contrib. Fundo Garant. de Créditos	(161.753,15)	(141.456,35)
TOTAL	(3.073.831,19)	(5.152.847,96)

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	352,18	16.770,23
TOTAL	352,18	16.770,23

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Dividendos e Bonificações a Pagar	8.797,89	8.441,51
Resultado de Atos com Associados (a)	358.317,91	285.826,75
Resultado de Atos com não associados (a)	1.261.935,90	1.261.935,90
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.170.565,96	1.465.181,62
TOTAL	2.799.617,66	3.021.385,78

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.889,35	11.235,57
Impostos e Contribuições sobre Salários	156.840,49	168.722,48
Outros	15.181,02	29.144,75
TOTAL	178.910,86	209.102,80



NOTAS EXPLICATIVAS

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques Administrativos	10,19		10,19	
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (a)	49.752,00		41.267,13	
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	937.887,07		726.192,00	
Provisão para Passivos Contingentes (c)		2.545.637,51	0,00	2.488.244,74
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	128.070,16	3.983,68	112.940,84	
Credores Diversos – País (e)	183.766,23		126.449,43	
TOTAL	1.299.485,65	2.549.621,19	1.006.859,59	2.488.244,74

(a) Referem-se à conta salário dos associados

(b) Refere-se às provisões da folha de pagamento.

(c) Em provisão para contingências estão registrados depósitos judiciais PIS (R\$357.643,83), COFINS (R\$1.499.823,54), PIS s/ folha (R\$213.473,59), cíveis e Outras Contingências Ação Trabalhista, Tributos Federais, ITBI complementar e outros (R\$474.696,55).

(d) Referem-se a garantias financeiras prestadas.

(e) Em credores diversos estão registrados Pendências a regularizar (R\$109.557,46), créditos de Terceiros (R\$74.208,76) e transitória portabilidade de crédito (R\$0,01).

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPJUS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Em 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 2.377.942,83**.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	38.247.407,90	35.869.465,07
Associados	4.184	4.069

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva estatutária

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	4.342.540,81	4.317.862,00
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	(826.331,84)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.342.540,81	3.491.530,16
Destinações estatutárias – 15%	(651.381,12)	0,00
Reserva legal - 25%	(1.085.635,20)	(349.153,02)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(217.127,04)	(174.576,51)
Reversão de reservas	589.313,48	76.409,22
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.977.710,93	3.044.209,85

NOTAS EXPLICATIVAS

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	804.663,77	781.838,90
Despesas específicas de atos não cooperativos	(402.678,61)	(194.374,62)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(326.255,18)	(297.802,40)
Resultado operacional	75.729,98	289.661,88
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(365.386,65)	536.669,96
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(289.656,67)	826.331,84
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(289.656,67)	826.331,84

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	1.606,36	3.876,51	1.743,00	3.806,79
Rendas De Empréstimos	7.340.910,41	14.199.825,72	7.359.072,79	14.336.487,04
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	212.219,74	294.952,06	234.002,33	373.968,11
TOTAL	7.554.736,51	14.498.654,29	7.594.818,12	14.714.261,94

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(1.304.834,63)	(3.073.831,19)	(2.490.910,06)	(5.152.847,96)
Provisões para Operações de Crédito	(459.386,70)	(929.820,10)	(362.219,21)	(577.531,93)
Provisões para Outros Créditos	(2.316,99)	(6.171,58)	0,00	0,00
TOTAL	(1.766.538,32)	(4.009.822,87)	(2.853.129,27)	(5.730.379,89)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	19.898,09	39.488,17	15.844,80	28.609,20
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	412.784,34	804.621,42	390.272,54	781.838,90
TOTAL	432.682,43	844.109,59	406.117,34	810.448,10

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários – PF	64.099,50	118.976,90	37.391,30	67.000,60
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	2.298,80	5.192,80	4.024,30	7.143,00
TOTAL	66.398,30	124.169,70	41.415,60	74.143,60

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(49.500,00)	(94.830,00)	(67.500,00)	(127.500,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(286.533,33)	(547.066,67)	(266.300,01)	(528.845,94)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(256.829,46)	(546.471,91)	(306.704,60)	(576.407,55)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(490.435,90)	(998.548,84)	(529.868,02)	(980.313,29)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.242.075,54)	(2.472.602,36)	(1.328.239,93)	(2.435.101,74)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(1.920,00)	(6.466,52)	(1.623,20)	(3.063,20)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(859,27)	(859,27)	(34,92)	(34,92)
TOTAL	(2.328.153,50)	(4.666.845,57)	(2.500.270,68)	(4.651.266,64)



NOTAS EXPLICATIVAS

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(16.212,95)	(38.655,82)	(27.890,23)	(49.671,21)
Despesas de Aluguéis	(130.306,07)	(261.977,89)	(132.515,60)	(263.400,38)
Despesas de Comunicações	(98.263,26)	(205.871,42)	(122.448,17)	(251.740,00)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.914,84)	(6.632,93)	(2.432,92)	(5.327,70)
Despesas de Material	(14.678,65)	(29.310,75)	(22.605,28)	(35.602,84)
Despesas de Processamento de Dados	(68.140,18)	(101.210,75)	(19.219,55)	(32.915,22)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(4.115,13)	(10.601,22)	(4.909,65)	(7.621,07)
Despesas de Publicações	0,00	0,00	0,00	(30,00)
Despesas de Seguros	(24.788,75)	(49.789,29)	(28.357,85)	(48.872,43)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(458.448,74)	(952.930,20)	(473.212,01)	(882.238,19)
Despesas de Serviços de Terceiros	(69.780,85)	(145.498,39)	(99.555,08)	(202.122,55)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(55.191,73)	(134.579,84)	(109.996,70)	(206.408,73)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(210.766,64)	(392.097,23)	(168.548,89)	(358.692,47)
Despesas de Transporte	(33.598,21)	(65.205,13)	(38.327,90)	(79.903,97)
Despesas de Amortização	(12.100,22)	(33.960,43)	(62.810,48)	(124.793,87)
Despesas de Depreciação	(193.199,01)	(382.292,33)	(151.742,41)	(314.528,06)
Outras Despesas Administrativas	(192.897,64)	(528.619,39)	(256.965,50)	(463.190,74)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.852,18)	(1.896,82)	(20.247,27)	(20.782,52)
Rateio de despesas da Central	(202.539,93)	(448.229,89)	(231.545,90)	(434.464,57)
TOTAL	(1.790.794,98)	(3.789.359,72)	(1.973.331,39)	(3.782.306,52)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	165.150,42	207.801,02	176.520,46	231.716,39
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	43.696,08	105.880,43	35.289,14	67.680,53
Dividendos	0,00	37.041,43	0,00	0,00
Deduções e abatimentos	36.778,39	45.956,06	175,86	352,31
Distribuição de sobras da central	0,00	84.984,97	0,00	118.730,97
Outras rendas operacionais	0,00	0,00	0,00	66.277,78
Rendas oriundas de cartões de crédito	273.798,52	620.190,20	233.515,33	392.784,13
TOTAL	519.423,41	1.101.854,11	445.500,79	877.542,11

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Provisões Passivas	(74.725,92)	(124.993,43)	(76.253,45)	(120.024,20)
Outras Despesas Operacionais	(549.793,54)	(700.651,66)	(214.100,15)	(373.403,26)
Cancelamento - tarifas pendentes	(535,80)	(1.224,80)	(180,00)	(310,00)
TOTAL	(625.055,26)	(826.869,89)	(290.533,60)	(493.737,46)

25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	1.581,04	1.581,04	613.039,55	613.099,55
Ganhos de Aluguéis	0,00	1.500,00	3.348,40	4.702,02
(-) Perdas de Capital	(368.467,69)	(368.467,69)	(20,06)	(81.131,61)
Resultado Líquido	(366.886,65)	(365.386,65)	616.367,89	536.669,96

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.



NOTAS EXPLICATIVAS

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2020>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	98.778,62	0,0972%	100,93
TOTAL	98.778,62	0,0972%	100,93
Montante das Operações Passivas	51.400,00	0,0872%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	80.572,31	181,62	0,0764%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	32.467,71	0,1795%	0%
Depósitos a Prazo	90.595,31	0,0886%	0,1602%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	0,8980%	18,1867%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,9900%	119,7833%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,0980%
Aplicações Financeiras	0,0872%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	550,52
Empréstimos	416.212,97

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS - SICOOB COOPJUS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPJUS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:



NOTAS EXPLICATIVAS

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).



NOTAS EXPLICATIVAS

30. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

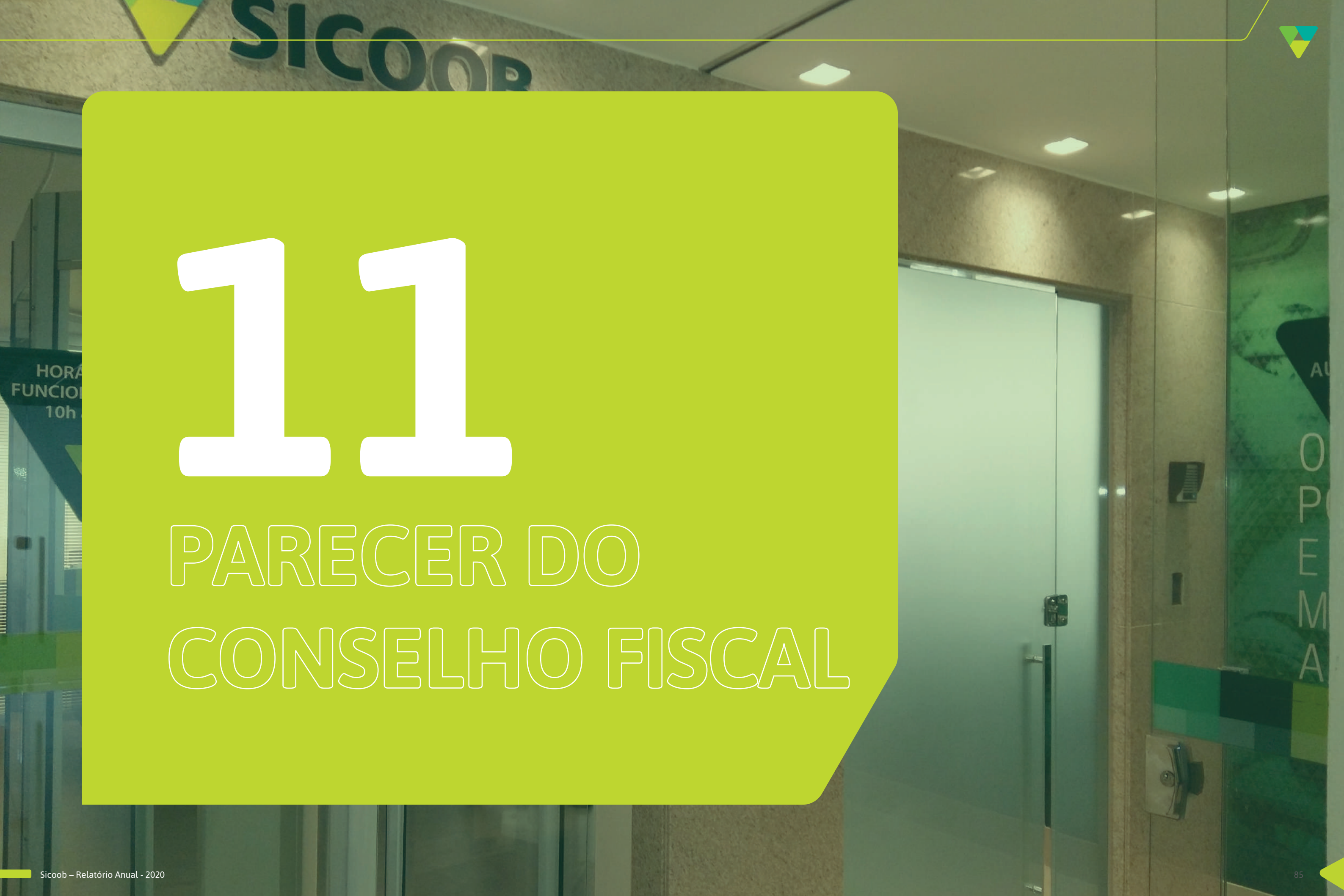
32. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPJUS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$294.740,78. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas em R\$36.000,00, tributários em R\$146.815,44 e cíveis em R\$111.925,34.

BELO HORIZONTE-MG

SUZAN KÁTIA JUNQUEIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

WANDER MOREIRA VILELA DE BARROS PRATA
CONTADOR 048651/O-4



11

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL



Parecer do Conselho Fiscal - Referência 2020

Ao Conselho de Administração

Os membros do Conselho Fiscal do SICCOOB COOPJUS, conforme estabelece o artigo 91, IV, do Estatuto Social, tendo em vista o que se segue:

- O resultado das reuniões mensais de verificação dos relatórios de controle;
- A verificação dos relatórios de auditorias interna e externa;
- O exame dos documentos e conferência dos numerários que suportam as transações realizadas durante o exercício de 2020;
- A manifestação e proposição de medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias;
- A análise dos documentos contábeis que compõem as contas de encerramento do exercício - o Balanço Geral, a Demonstração de Resultado e os demais demonstrativos do exercício de 2020.

Opinam, pelo exposto, que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOOB COOPJUS e são favoráveis à aprovação das contas do exercício de 2020 pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 31 de março de 2021.

Ariane Miranda Rabelo Nésio
Conselheira Efetiva

José Milton dos Santos
Conselheiro Efetivo

Juliano Andrade Maria
Conselheiro Efetivo

Cláudia Maria Diniz Couto
Conselheira Suplente

12

RELATÓRIO DA AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. - Sicoob Coopjus**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. - Sicoob Coopjus**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. - Sicoob Coopjus**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes revistos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

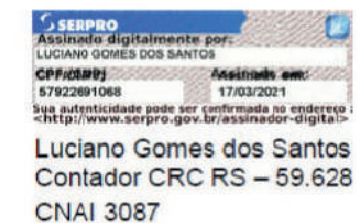
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte - MG, 15 de março de



RELATÓRIO ANUAL

SICOOB COOPJUS 2020



/SicoobCoopjus



/sicoobcoopjus



@SicoobCoopjus



/SicoobCoopjusBH



(31) 9764-9282

